

Aula 00

*Atualidades p/ Prefeitura de Marília-SP
(Diversos Cargos) Pós-Edital*

Autor:
Leandro Signori

04 de Novembro de 2020

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais	5
1 – Blocos econômicos	5
1.1 União Europeia.....	5
1.2 MERCOSUL.....	12
1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá).....	15
2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a “guerra comercial”	16
2.1 A batalha da 5G	19
3 – China	20
3.1 A questão de Hong Kong.....	23
Questões Comentadas.....	27
Lista de Questões.....	30
Gabarito.....	31
Resumo	32



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso do **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA - SP** para as áreas de **EDUCAÇÃO, SAÚDE e ADMINISTRATIVA**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso.

Conforme o edital serão cobrados os seguintes conteúdos:

ATUALIDADES: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais ocorridos a partir de 1º de junho de 2020, divulgados na mídia local e/ou nacional.

Vejam que é um conteúdo datado. Desta forma, nas aulas 00, 01, 02 e 03, iremos abordar uma seleção de temas e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais deste período, com uma explicação completa. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Na aula 04, teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo a partir de junho de 2020. A aula 05 é de questões simuladas, de minha própria autoria, com base em fatos selecionados das retrospectivas mensais de Atualidades.

Vejamos, agora, o cronograma do nosso curso:



Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais
01	Questões relacionadas a fatos políticos, sociais e culturais internacionais
02	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - I
03	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - II
04	Retrospectiva Mensais de Atualidades
05	Simulados de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de **200 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha**.

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para



escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Contudo, Atualidades é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea manter um curso de Atualidades sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas, você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.

Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas, é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo tem um link onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori



QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E INTERNACIONAIS

1 – Blocos econômicos

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzirem barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxações impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

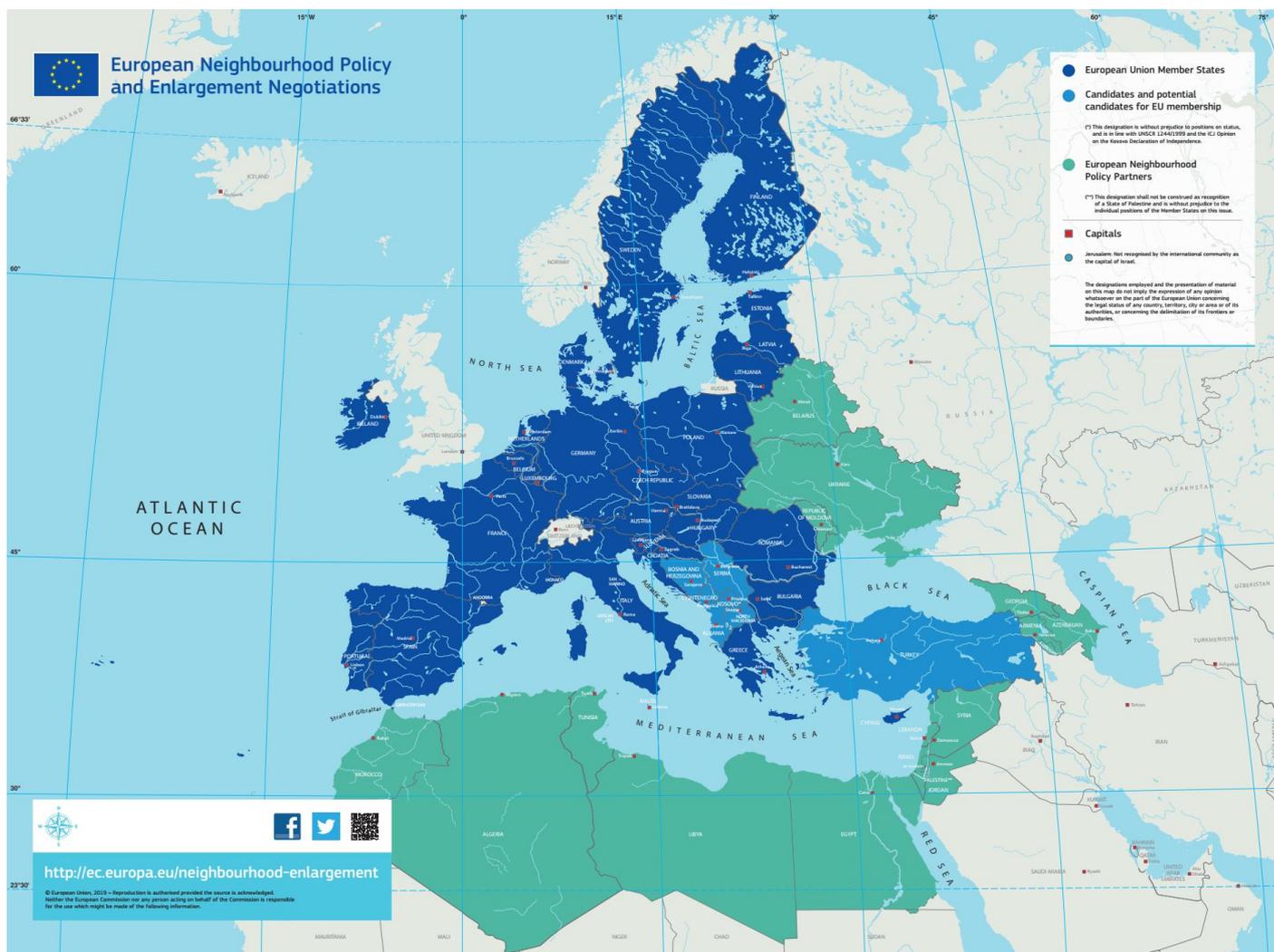
Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.



No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de



trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande fluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um dos países onde a permanência no bloco foi fortemente questionada. É um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Os britânicos – como são chamados



- não fizeram parte das origens da União Europeia. Foi somente em 1973 que o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Dois anos depois, em 1975, renegociou as condições de participação e realizou um referendo sobre a permanência na CEE. Na época, os britânicos votaram por continuar na Comunidade Econômica.

Quatro décadas após o referendo, em junho de 2016, em um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado de **“Brexit”**. É uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída, em inglês).

Na votação, os eleitores tinham de responder a apenas uma pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. Theresa May assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu.

Os termos da negociação foram muito criticados por defensores do Brexit. Altos funcionários do governo britânico, inclusive ministros, renunciaram por discordarem de alguns termos da negociação final.

Após a negociação, a União Europeia e o Reino Unido deveriam aprovar o acordo. O Conselho da União Europeia aprovou o acordo em novembro de 2018. Já o Parlamento britânico rejeitou o acordo em janeiro de 2019. Foram 432 votos contra e 202 a favor. Theresa May reapresentou a proposta em 12 de março, sendo reprovada com 391 votos contra e 242 a favor. A primeira-ministra apresentou a proposta pela terceira vez em 29 de março, sendo novamente recusada, com 344 votos contra e 286 a favor.



Após a primeira derrota, Theresa May solicitou uma ampliação do prazo para a saída do país do bloco europeu, o que foi aceito pela União Europeia. Ficou estabelecido a data de 22 de maio, mas para isso o Reino Unido deveria aprovar o acordo que foi negociado. Caso ele não fosse aprovado, a data de saída seria em 12 de abril.

Após a terceira rejeição ao acordo pelo parlamento britânico, Theresa May solicitou um novo adiamento do Brexit à União Europeia. O Conselho Europeu se reuniu em 10 de abril e concedeu um novo adiamento, até o dia 31 de outubro de 2019.

Como fracassou em aprovar a proposta do Brexit, que negociou com a União Europeia, no parlamento britânico, Theresa May deixou o cargo de primeira-ministra. No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres.

Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída e o submeteu a aprovação do parlamento britânico, que não o aprovou. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**. A solicitação foi feita e o novo prazo foi concedido.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris Johnson, foi o **grande vencedor das eleições** conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Após a vitória eleitoral do Partido Conservador, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

O Reino Unido deixou de fazer parte das instituições políticas europeias, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, não tendo mais direito a voto. No entanto, durante o período de transição, continua contribuindo para o orçamento da União Europeia, precisa continuar seguindo suas regras e está sujeito às determinações da Corte Europeia de Justiça em caso de disputas legais.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- **Período de transição:** irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações como a circulação de cidadãos europeus e britânicos entre Reino Unido e União Europeia (incluindo regras de habilitação e passaportes de animais), permissões de residência e trabalho para europeus no Reino Unido e britânicos na UE, comércio entre Reino Unido e União Europeia, tarifas de importação, livre circulação de mercadorias, questões de segurança e compartilhamento de dados, licenciamento e regulamentação de medicamentos e circulação de alimentos. Destas, a questão mais importante, sem dúvida, é a comercial, já que a UE respondeu por 49% das exportações do Reino Unido em 2019.

Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.



- **Fatura de saída do Reino Unido:** enquanto membro da União Europeia, o país faz parte do orçamento do bloco, recebendo investimentos e contribuindo financeiramente para o cofre geral. A União Europeia possui um orçamento comum e fundos setoriais. Atualmente está em vigor o orçamento do período de 2014-2020. O Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus). Uma das críticas dos defensores do Brexit era justamente sobre o direito de acesso dos cidadãos europeus ao sistema de proteção social britânico.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte:** foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit no parlamento britânico durante a gestão de Theresa May.

A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

A Irlanda tornou-se independente do Reino Unido em 1922, após três anos de conflito armado onde se destacou o Exército Republicano Irlandês (IRA), fundado em 1919. A ilha da Irlanda foi dividida em duas, a maior parte formou a República da Irlanda, independente. A parte norte, denominada de Irlanda do Norte, com 75% da população protestante, ficou sob controle do Reino Unido. A Irlanda é um país majoritariamente católico.

Como os protestantes eram maioria no norte, decidiam candidaturas políticas e plebiscitos, entre outros, acabavam impedindo que a vontade católica se manifestasse, além de discriminá-los. Por isso, o IRA continuou a lutar pela independência da região e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 2005, o IRA anunciou o fim da luta armada e a entrega de armas. Antes disso, em 1998, foi assinado o Acordo de Belfast, pelos governos britânico e irlandês, e apoiado pela maioria dos partidos políticos norte-irlandeses. O acordo tinha por finalidade acabar com os conflitos entre nacionalistas (separatistas) e unionistas (pró-Reino Unido) sobre a questão da união da Irlanda do Norte com a República da Irlanda, ou sua continuação como parte do Reino Unido.

Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

A saída do Reino Unido da União Europeia implicará um controle de fronteiras entre ambos. Há um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. Durante e após o período de transição, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande



divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino Unido, uma em que haverá o controle fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça à integridade territorial do Reino Unido.

Controle de circulação de produtos entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Reino Unido sai da UE, mas Irlanda do Norte deve manter regime aduaneiro do bloco



Infográfico atualizado em: 29/10/2020

Qual são os principais temores?

Críticos dizem que o Reino Unido terá dificuldade para definir como ficará sua relação com a União Europeia no futuro porque o período de transição é relativamente curto. O governo britânico espera obter com a UE um acordo especial, semelhante ao da Noruega e da Suíça, que não fazem parte do bloco. No caso



norueguês, especificamente, europeus não precisam de visto para morar ou trabalhar, mas têm que se registrar na polícia. Porém, essa possibilidade parece remota.

Além disso, muitos analistas temem que o Brexit acabe por prenunciar a dissolução do Reino Unido, inflamando movimentos de independência. A Escócia, por exemplo, votou em peso pela permanência na União Europeia e pressiona por um novo plebiscito de independência.

No plebiscito de 2014, os escoceses decidiram continuar fazendo parte do Reino Unido. Na época, um dos principais argumentos dos defensores da permanência era o de que se a Escócia se tornasse independente estaria fora não só do Reino Unido, mas da União Europeia também, pois quem fazia parte do bloco econômico era o Reino Unido. Como país independente, teria que iniciar do zero, um processo de adesão ao bloco europeu.

Na Irlanda do Norte, a preocupação é com a possibilidade de se separar para se unir à República da Irlanda.

1.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.



O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 27 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.

A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.



O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outras bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizarem e reduzirem os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável

Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.



O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US\$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** ou CUSMA (Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México) entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), acordo comercial assinado em 1992 e que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México.

Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando a negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

Além da mudança de nome, podemos destacar alguns pontos em que foram feitas alterações:

Comércio Digital: não cobrança de impostos aduaneiros sobre produtos de origem digital, como ebooks, jogos e músicas e proteção das companhias de internet para que não sejam responsáveis por conteúdos que são produzidos por seus usuários. Essa cláusula beneficia os Estados Unidos, com empresas que estão entre as maiores do mundo em produtos de origem digital que serão comercializados no Canadá e México, sem tarifas aduaneiras.

Propriedade Intelectual: aumento da proteção à propriedade intelectual abrangendo especialmente o segmento farmacêutico, inovações na agricultura, escritores e compositores. **Extensão dos direitos autorais de 50 para 70 anos** após a morte do autor, favorecendo, os norte-americanos, considerando que a maioria da produção intelectual concentra-se no país em relação aos demais.



Medicamentos: aumento de oito para dez anos da proteção de patentes de novos medicamentos, antes que seja permitido a quebra de patente e fabricação de genéricos nos demais países, o que beneficia a grande indústria farmacêutica estado-unidense.

Setor automotivo: a ideia do acordo é garantir com que as empresas automobilísticas permaneçam na região, evitando com que busquem mercados com mão de obra mais barata, como, por exemplo, os asiáticos. Dessa forma, para que os produtos finais não possuam tarifas, é necessário que ao menos 75% das peças dos automóveis sejam produzidas em Estados Unidos, México e Canadá. Além disso, o acordo coloca que 40 a 45% das peças devem ser produzidas por trabalhadores que recebam, ao menos US\$16 por hora até 2023.

Laticínios: o acordo prevê a abertura do mercado canadense de laticínios, antes protegido pelo governo canadense. Com isso, aumentam-se as possibilidades de exportação de laticínios estadunidenses ao Canadá.

“Sunset clause”: O NAFTA não tinha cláusula de validade. Já o novo acordo **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a “guerra comercial”

Sob o governo de Donald Trump, os EUA têm tomado iniciativas que questionam fortemente o livre-comércio internacional, com a adoção de sobretaxas de importação, o questionamento aos termos do acordo do NAFTA e da relação comercial com a China.

Dá-se o nome de protecionismo ao conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais. As principais medidas protecionistas utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O imposto e a taxa são tributos cobrados sobre o valor de mercadorias importadas para diminuir a competitividade de produtos estrangeiros no mercado nacional. A cota é a quantidade de determinada mercadoria que pode entrar em um país proveniente de outro. O subsídio é o auxílio financeiro, direto ou indireto, concedido por um governo aos seus produtores, por diversos motivos (importância da atividade, preservação dos postos de trabalho etc.). Na prática, o subsídio torna a atividade mais competitiva nos mercados local (diante das importações) e global (quando envolve exportações).

O governo americano tem estabelecido sobretaxas (pode também aparecer o termo tarifa) a diversos produtos importados de outros países. Sobretaxa ou tarifa são os termos utilizados pela imprensa, na verdade é a elevação de impostos de importação. Entre esses produtos, ganhou destaque o aumento de impostos de importação de aço e alumínio sobre as compras externas de aço, que passou de 0,9% para 25%, e de alumínio, que subiu de 2% para 10%. A medida prejudicou diretamente a economia dos principais exportadores desses insumos para os EUA, como União Europeia, México, China, Coreia do Sul e o Brasil. O nosso país foi o segundo maior exportador de aço para os norte-americanos em 2017, atrás apenas do Canadá.



Nos meses seguintes ao anúncio, houve negociações bilaterais entre os EUA e os principais exportadores, na tentativa de minimizar os efeitos das taxas. No caso do Brasil, as siderúrgicas nacionais aceitaram a imposição de cotas para limitar as exportações em 4,1 milhões de toneladas – 12% abaixo do que foi exportado em 2017. O setor de alumínio aceitou a sobretaxa de 10%.

Trump justificou a decisão como medida necessária para proteger as siderúrgicas norte-americanas. E, também, por uma questão de segurança nacional: se as siderúrgicas dependerem da importação do aço, em caso de boicote dos exportadores, a indústria bélica norte-americana ficaria com a produção comprometida.

Anteriormente às medidas para o aço e o alumínio, os EUA anunciaram sobretaxas de importação para máquinas de lavar roupa e painéis solares, de 20% e 30% respectivamente, que afetaram a Coreia do Sul e China. Em agosto de 2018, o país anunciou uma sobretaxa a canos de metal importado da China, Canadá, Grécia, Índia, Coreia do Sul e Turquia. A União Europeia, a Turquia e a China retaliaram e aplicaram sobretaxas a diversos produtos importados dos norte-americanos.

A proteção do mercado de trabalho americano e o incentivo à indústria nacional foram algumas das principais promessas feitas por Trump durante a campanha eleitoral de 2016. Ao sobretaxar produtos importados, o presidente busca cumprir essas promessas.

Retaliação à China

Trump vê no comércio internacional o ponto fraco da economia norte-americana. Seu diagnóstico é respaldado pelo crescente déficit comercial dos EUA: em 2017, as importações superaram as exportações em 796 bilhões de dólares. O país que mais contribui para esse déficit é a China. Naquele ano, o saldo negativo nas relações comerciais com os chineses foi de 375 bilhões de dólares. Por isso, as medidas para tentar reduzir as importações têm como principal alvo a economia chinesa. Déficit comercial que aumentou em 2018, chegando a 420 bilhões de dólares.

Os Estados Unidos elevaram tarifas sobre mais de US\$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US\$ 110 bilhões.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual. Trump acusa empresas chinesas de adquirir participação em indústrias norte-americanas e, assim, ter acesso aos métodos de produção que depois são reproduzidos livremente, sem remunerar a propriedade intelectual das inovações. Além disso, o governo chinês subsidiaria a produção de bens de alta tecnologia. Assim, a China teria condições de colocar seus produtos no mercado a preços muito mais baixos do que outros países.

O governo chinês é acusado também de **manipulação cambial**, interferindo no valor de sua moeda, o yuan, diante do dólar. Explicando: o dólar é a moeda-base nas transações no mercado internacional. A política cambial de um país são as ações adotadas para estipular a relação entre o valor do dólar e o da moeda nacional. Quando o valor do dólar cai em relação à moeda local, os produtos estrangeiros ficam mais baratos, o que aumenta as importações e diminui as exportações. No sentido contrário, com o dólar mais caro, as exportações se tornam vantajosas e as importações caem.

Essa estratégia é denunciada como uma forma indireta de um país conceder subsídios para estimular artificialmente suas exportações. O problema é que, embora as regras da OMC coloquem limites aos subsídios, não há uma regulamentação específica na entidade com relação à manipulação cambial, o que deixa os chineses livres para alterarem artificialmente a cotação de sua moeda.



Guerra comercial

A atuação dos EUA na defesa de seus interesses comerciais revela o quanto o equilíbrio entre exportações e importações é importante para a economia de cada país. Cada acordo desfeito ou produto barrado é um lance no complexo jogo nas relações comerciais internacionais – e, na maioria das vezes, não fica sem resposta.

A essa **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** damos o nome de **guerra comercial**. E, quando esse conflito envolve as duas maiores potências mundiais, existe um grande risco de contaminação global. Desde a crise econômica mundial de 2008, até 2017, as 60 maiores economias do mundo adotaram mais de 7 mil medidas protecionistas – só em 2017, foram 360 ações para proteger as economias nacionais, o maior índice registrado desde 2011.

O grande perigo da disseminação do protecionismo é a possibilidade de uma retração do comércio mundial, um dos fundamentos da economia globalizada. As exportações são importantes fontes de receita para os países. Mas como vender para o exterior se todas as economias estão adotando restrições ao comércio internacional?

Além disso, medidas protecionistas podem ter efeitos negativos também no país importador. As taxas alfandegárias podem favorecer um ou outro setor industrial, mas devem prejudicar outros setores, que dependem da importação. Sem a opção de importar, as empresas desses setores terão de se submeter à oferta dos fabricantes nacionais. Como a produção doméstica terá grande demanda, os custos de produção tenderão a subir, o que elevará o preço dos bens finais, ameaçando até a sua competitividade no mercado internacional.

Fase 1 do acordo entre EUA e China

Em 15 de janeiro de 2020, após vários meses de negociação, os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. O acordo foi denominado de Fase 1, e tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US\$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a *China* aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Dois temas sensíveis na guerra comercial foram abordados no acordo. Os dois países podem ser punidos pelo roubo de informações comerciais consideradas sigilosas. A medida se dirige a China que é acusada de suposto roubo de propriedade intelectual, que também terá de proibir roubos cibernéticos. O outro tema é sobre a transferência de tecnologia, ficou acordado que não será permitido que empresas sejam obrigadas a transferir tecnologias para "aquisições, associações ou outras formas de investimento". É outra medida endereçada a China, que força esta prática com relação as empresas estrangeiras que se instalam no país.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US\$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.



2.1 A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). O 5G tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas.

As redes da quarta geração são capazes de entregar uma velocidade média de conexão de, aproximadamente, 33 Mbps (megabytes por segundo). Estima-se que o 5G será capaz de entregar velocidades 50 a 100 vezes maiores, podendo alcançar até 10 Gbps (gigabytes por segundo). Os tempos de conexão entre aparelhos móveis devem ser inferiores a 5 ms (milissegundos), face à latência de 30 ms das redes 4G. Ou seja, poderemos enviar e receber dados de forma quase instantânea.

O aumento do número de aparelhos conectados por área possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”. Sistemas de iluminação pública e residencial, smartphones, smartwatches, eletrodomésticos, dispositivos de monitoramento, sensores de presença, frequencímetros cardíacos, centrais de segurança, guichês de supermercados ou estacionamentos, caixas de supermercados, sensores meteorológicos e muitos outros dispositivos poderão conectar-se mutuamente por meio do uso da quinta geração das redes móveis. Com isso, haverá inúmeras possibilidades, cada vez mais inteligentes e conectadas, para residências, ruas, hospitais, comércios e indústrias.

Sua geladeira, por exemplo, poderá ser programada para avisar quando algum produto estiver acabando, já que sua conexão com a internet das coisas tornará possível programá-la para que ela compre remotamente o produto em falta, se assim você desejar.

O pequeno tempo de latência possibilitado pelas redes 5G permitirá que o sistema de freios de um veículo comunique-se rapidamente aos smartphones ou smartwatches dos pedestres, evitando acidentes quando, por exemplo, houver grandes aproximações entre eles, ou para um cirurgião em Nova York controlar um par de braços robóticos que executam um procedimento em Santiago.

O início da implantação das redes de quinta geração está previsto para 2020, no entanto, espera-se que seu pleno funcionamento ocorra por volta de 2025, pelo menos nas principais metrópoles do mundo.

Atualmente, a empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, ultrapassando as tradicionais Ericsson, sueca, e Nokia, finlandesa. A Huawei também é a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da coreana Samsung.

Por não possuírem uma grande empresa no setor 5G, os Estados Unidos, principal economia do planeta, viraram o maior mercado para a Ericsson, e o governo norte-americano começou uma campanha de boicote à líder mundial. Os dois países travam uma guerra comercial em que já foram impostos centenas de bilhões de dólares em sobretaxas a produtos importados por ambos, que agora eleva o seu patamar para uma guerra tecnológica.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.



Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

A Huawei nega todas as acusações de violação das sanções e afirma operar dentro da lei em todos os países onde atua.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou - filha do fundador da empresa –, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A proibição imposto à Huawei pode interromper o lançamento do 5G globalmente. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Entretanto, os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

3 – China

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), de Mao Tsé-Tung, deu origem à **República Popular da China**, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes socialistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. O país manteve o controle estatal das fábricas e da terra, mas permitiu a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, denominadas Zonas Econômicas Especiais.

Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. Posteriormente, o governo autorizou a propriedade privada em algumas situações e fez maciços investimentos em tecnologia para aperfeiçoar a sua indústria.

Com essas medidas, o país inundou o planeta com seus produtos “made in China”, tornando-se o maior exportador mundial. Se a princípio os produtos chineses eram associados à baixa qualidade, hoje eles já possuem maior valor agregado, como eletroeletrônicos e automóveis. Paralelamente, para suprir sua demanda por alimentos, energia e matérias-primas, a **China** tornou-se um **grande importador de commodities**, como petróleo e minério de ferro.



Com essas ações, a China atrelou seu crescimento à economia de outras nações, firmando parcerias com países da África e da América Latina, incluindo o Brasil. Na crise mundial iniciada em 2008, por exemplo, a queda na demanda chinesa por commodities foi um dos fatores que afetaram a economia brasileira.

Atualmente, o país é a **segunda maior economia do mundo**, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos **Estados Unidos**.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. É uma defesa que tem sido reafirmada diante de críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a essa mesma globalização e livre-comércio.

Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA. O fato é que se trata de dois aspectos praticamente indissociáveis: com o poder econômico e a expansão comercial, o país cria uma relação de interdependência com os mercados globais, o que aumenta o seu peso nas principais decisões mundiais.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe na chamada “diplomacia econômica”. Com projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura, o país aposta no poder de sua economia para angariar aliados. É uma forma de estabelecer uma relação na qual os outros países se tornem cada vez mais dependentes do capital chinês. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

O projeto mais ambicioso da China responde pelo nome de “**Nova Rota da Seda**”. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver este projeto de integração eurásiana, a China criou um fundo com dezenas de bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.



Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular.

A China é uma ditadura que **reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime. O país é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

O atual presidente Xi Jinping já é considerado o homem mais poderoso da China, desde Mao Tsé-Tung. Xi foi reeleito para um segundo mandato presidencial de cinco anos, no período de 2018 a 2023, como chefe da Comissão Militar Central e como secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. O “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Época”, a teoria do presidente sobre o futuro do país, foi incluído na constituição do PCCh e na constituição do país.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

O **Mar do Sul da China** é, atualmente, o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A área é reivindicada pela China, que alega ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. No entanto, além das Filipinas, países como Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

A disputa foi parar na Corte Permanente de Arbitragem da ONU, que decidiu que a China não tinha base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim não reconheceu e não acatou a decisão.

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país. Antes da chegada ao poder de Mao Tsé-Tung, em 1949, a China era governada pelo Partido Nacionalista, que foi derrotado, tendo os seus líderes fugidos para a ilha de Taiwan, onde fundaram a República da China.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU.



Essa situação durou até 1971, quando a China continental ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan.

Mas esse isolamento político não significa isolamento econômico. Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Contudo, a maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada. Se isso ocorrer poderá haver um ataque militar chinês à ilha.

3.1 A questão de Hong Kong

O território de Hong Kong, localizado na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com uma pequena área e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Macau, ex-colônia de Portugal, também detém o status de Região Administrativa Especial da China.



Elaboração: G1.

A região passou para o domínio britânico em 1842, ao final da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). A cessão ocorreu por meio do **Tratado de Nanquim**, que encerrou o conflito. A partir daí, tornou-se um importante e estratégico entreposto do Reino Unido no continente asiático.

Ao longo das décadas, apresentou um desenvolvimento social, cultural e econômico muito diferente da China. Além disso, serviu como refúgio para muitos dissidentes e opositores do governo chinês.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região apresentou grande desenvolvimento da sua indústria. Neste período, a política liberal de Hong Kong atraiu muitos investidores estrangeiros, resultando num boom econômico que a tornou uma das regiões mais ricas e mais produtivas da Ásia.

Na década de 80 do século passado, sob o comando de Deng Xiaoping, a China abre conversações com o Reino Unido para a devolução da soberania sobre Hong Kong.

Assim, em 1984, é assinada, em Pequim, a **Declaração Conjunta Sino-Britânica**, onde foi acordado que Hong Kong retornaria à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**".

O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial de Hong Kong, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas.

Com isso, a região passou a ter um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Hong Kong tem seu próprio sistema legal, seus próprios partidos e direitos que, na China, não existem, como o de liberdade de reunião e liberdade de expressão, garantido no seu documento que tem valor de constituição, a **Lei Básica de Hong Kong**.

Esta "autonomia" é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então tem apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em 2014, frente à insatisfação do povo honconguês com a escolha de seus governantes, a China apoiou a realização de eleições para Hong Kong no mesmo ano, mas só entre um grupo de candidatos que ela mesma escolhesse.

A resposta local foi com grandiosos protestos com a exigência do direito de eleger livremente seu próprio líder. Conhecida como **Movimento Guarda-Chuva**, as manifestações duraram várias semanas e acabaram fracassando sem concessões de Pequim. A utilização dos guarda-chuvas tinha como objetivo se proteger das bombas de gás lançadas pelas forças policiais.

O projeto da lei de extradição e uma nova lei de segurança nacional

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, grandiosos protestos foram realizados com centenas de milhares e até milhões de manifestantes contrários à proposição, o que fez com que o governo local suspendesse por tempo indeterminado a sua apreciação pelo parlamento local.



Contudo, as grandes manifestações prosseguiram com a exigência da retirada completa do projeto, pela manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam. Finalmente, em agosto de 2019, o governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Alguns protestos ficaram marcados por atos de violência, vandalismo e forte repressão policial.

A retirada definitiva do projeto de lei, não aplacou o ímpeto dos manifestantes, com grandes mobilizações pró-democracia. Foi somente com a pandemia de Covid-19, que diminuíram de intensidade e tamanho, chegando a ficarem suspensas nos meses do auge do coronavírus na China. A polícia seguiu reprimindo as manifestações, marcando uma escalada crescente de confronto e violência com os manifestantes e desses com a polícia. Mais de nove mil pessoas foram detidas.

Em maio de 2020, durante a Assembleia Popular Nacional ou Congresso Nacional do Povo, o maior organismo governamental do legislativo chinês, foi apresentada uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. O anúncio da lei desencadeou uma nova onda de grandes protestos na região.

A nova lei, já em vigor, endurece o controle, a repressão e estabelece penalidades mais severas para qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong.

Também prevê autorização para que os organismos vinculados ao governo chinês estabeleçam em Hong Kong escritórios com autoridade em termos de segurança nacional.

Com esta lei, o governo da China deixa claro que **não tolerará a defesa do separatismo em Hong Kong e que irá sufocar os movimentos em defesas de reformas democráticas.**

A lei básica da região semiautônoma estabelece que o parlamento local deve aprovar uma lei de segurança nacional local, mas isso nunca ocorreu devido à forte oposição que o tema encontra em Hong Kong.

O movimento pró-democracia afirma que a medida abre o caminho para um retrocesso sem precedentes das liberdades locais.

Após o governo chinês endurecer o posicionamento sobre Hong Kong, os Estados Unidos anunciaram que deixarão de considerar a região como um **território autônomo** da China. A medida pode trazer consequências para o comércio entre os EUA e a região semiautônoma que passaria a ser tratada da mesma maneira que a China para questões comerciais, o que colocaria em risco um comércio no valor de bilhões de dólares entre Hong Kong e os EUA e afastar investidores do território. Também prejudicaria a China continental, que usa Hong Kong como uma intermediária nos seus negócios com o resto do mundo. O tema do separatismo é presente na região, onde a maioria dos cidadãos locais não se identifica como chinesa.

Pesquisas da Universidade de Hong Kong mostram que a maior parte das pessoas se identifica como "Hong Kongers" – e apenas 15% se chamariam "chineses". A diferença é ainda maior para os jovens – uma pesquisa de 2017 sugeriu que apenas 3% das pessoas entre 18 e 29 anos se identificavam como chinesas.



Os habitantes de Hong Kong descreveram diferenças legais, sociais e culturais – e o fato de Hong Kong ter sido uma colônia separada por 150 anos – como razões pelas quais eles não se identificam com seus compatriotas na China continental. Além disso, na China continental e em Hong Kong não são faladas a mesma língua. O idioma oficial da China é o mandarim. No entanto, existem no país uma série de dialetos e outros idiomas, entre eles o cantonês, que se fala em Hong Kong.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido



enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

Gabarito: D

2. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outras demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacaram manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: <http://bit.ly/39iWbxM>>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

- (A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.
- (B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.
- (C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.
- (D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.
- (E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

COMENTÁRIOS:

As grandes manifestações ocorridas em Hong Kong, no segundo semestre de 2019, começaram após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de seus cidadãos suspeitos para serem julgados na China continental, pelo Judiciário da China, e não mais de Hong Kong. O governo local suspendeu a apreciação do projeto por tempo indeterminado e depois o retirou em definitivo do Poder Legislativo. Contudo, os protestos continuaram com outras pautas, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.



As medidas de restrição de circulação adotadas em função da pandemia de Covid-19 levou ao fim a sequência de meses de protestos neste importante centro econômico e financeiro da Ásia.

Gabarito: D

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. <https://glo.bo/2PnJ0ng>. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

- a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.
- b) os conflitos entre países do Oriente Médio.
- c) a instabilidade monetária dos países emergentes.
- d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.
- e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo apontado pela OCDE para a redução do crescimento da economia mundial são as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

O contexto de guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo – Estados Unidos e China – reduziu o crescimento do comércio mundial, ocasionado também por uma desaceleração da economia chinesa, que, durante vários anos, teve seu crescimento econômico muito acima do crescimento da economia mundial.

Gabarito: A



LISTA DE QUESTÕES

1. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

2. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outras demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacam manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: <http://bit.ly/39iWbxM>>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

(A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.

(B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.

(C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.



(D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.

(E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. <https://glo.bo/2PnJ0ng>. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

- a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.
- b) os conflitos entre países do Oriente Médio.
- c) a instabilidade monetária dos países emergentes.
- d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.
- e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

GABARITO



1. D

2. D

3. A



RESUMO

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**.

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles,



enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer.

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Após dois adiamentos, três primeiros-ministros e votações de rejeição de acordos no parlamento, o país **saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Período de transição: Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido, que, com a sua saída do bloco, implicaria a retomada do controle de fronteiras entre os países. Há um temor de que esse controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte. Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.



Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Guerra Comercial

Protecionismo é o conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais. As principais medidas protecionistas utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O governo dos Estados Unidos elevou as taxas de importação de diversos produtos importados de outros países. O país mais afetado pelas medidas é a China, que reagiu e elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

Os Estados Unidos possuem um grande déficit comercial e o país com o qual têm o maior déficit é a China.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia.

A disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos dá-se o nome de guerra comercial.

Os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US\$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a China aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US\$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.



A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). Essa tecnologia tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. A 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G e a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da sul-coreana Samsung.

Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

China

Em valores totais, o PIB da China é o segundo maior do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de “socialismo de mercado”.

O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental. O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de “um país, dois sistemas”: o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Grandes manifestações ocorrem na Região Administrativa Especial de **Hong Kong**. O estopim foi a proposição pelo executivo local de um projeto de lei que se aprovado possibilitaria a extradição de seus cidadãos para serem julgados pelo Judiciário da China. O governo local retirou o projeto de lei, mas os protestos continuaram com a exigência da manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong



Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Com a pandemia de Covid-19 diminuíram de intensidade e tamanho, chegando a ficarem suspensas nos meses do auge do coronavírus na China. Um novo ciclo de protestos foi desencadeado em maio de 2020, com a imposição pelo governo chinês de uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. A lei, já em vigor, visa "impedir, deter e reprimir qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong".



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.